

# Superior Tribunal de Justiça

**RE no MANDADO DE SEGURANÇA Nº 24.581 - DF (2018/0217142-8)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE : UNIÃO**  
**RECORRIDO : NIRZA ALVES DA SILVA**  
**RECORRIDO : ALEXANDRE JOSE ALVES DA SILVA**  
**RECORRIDO : EDUARDO LUIZ ALVES DA SILVA**  
**RECORRIDO : LUCIANE ALVES DA SILVA BRAGA**  
**ADVOGADOS : DANIEL FERNANDES MACHADO - DF016252**  
**GUSTAVO HENRIQUE LINHARES DIAS - DF018257**  
**MARCELO PIRES TORREÃO - DF019848**  
**SERGIO DE BRITO YANAGUI - DF035105**  
**ISABEL IZAGUIRRE ZAMBOTTI DORIA - DF049682**  
**ANDERSON ROCHA LUNA DA COSTA - DF048548**

## DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela União, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela Primeira Seção assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. REPARAÇÃO ECONÔMICA. ANISTIA. PAGAMENTO DE PARCELAS PRETÉRITAS. OMISSÃO. QUESTÃO DECIDIDA PELO STF EM REGIME DE REPERCUSSÃO GERAL (RE 553.710/DF - TEMA 394). JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO NA PRESENTE VIA. INGRESSO DA UNIÃO NO FEITO DEFERIDO. PARCIAL CONCESSÃO DA ORDEM.

1. O Supremo Tribunal Federal fixou, em regime de Repercussão Geral, no julgamento do RE 553.710/DF, Rel. Ministro Dias Toffoli, julgado em 17.11.2016, a seguinte tese: "1) Reconhecido o direito à anistia política, a falta de cumprimento de requisição ou determinação de providências por parte da União, por intermédio do órgão competente, no prazo previsto nos arts. 12, § 4º, e 18, caput e parágrafo único, da Lei nº 10.599/02, caracteriza ilegalidade e violação de direito líquido e certo; 2) Havendo rubricas no orçamento destinadas ao pagamento das indenizações devidas aos anistiados políticos e não demonstrada a ausência de disponibilidade de caixa, a União há de promover o pagamento do valor ao anistiado no prazo de 60 dias; 3) Na ausência ou na insuficiência de disponibilidade orçamentária no exercício em curso, cumpre à União promover sua previsão no projeto de lei orçamentária imediatamente seguinte".

2. O STF e o STJ firmaram compreensão de que os valores retroativos relacionados à reparação econômica devidos em virtude da concessão de anistia política aos militares devem ser acrescidos de juros e de correção monetária, mesmo quando postulados em Mandado de Segurança. A propósito: RE 553.710 ED, Rel. Ministro Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julgado em 1º.8.2018, DJe 24.8.2018; AgInt no MS 23.284/DF, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, DJe 4.4.2019; MS 22.221/DF, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho,

# Superior Tribunal de Justiça

Primeira Seção, DJe 16.4.2019.

3. Ressalva de que, revogada a anistia, cessam os efeitos desta ordem (MS 15.706/DF, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, DJe 11.5.2011).

4. Mandado de Segurança concedido.

Alega a recorrente não ser possível, em sede de mandado de segurança, a condenação ao pagamento de juros e correção monetária, sob pena de transformar-se a via estreita em ação de cobrança, afrontando, assim, o disposto no art. 5º, LXIX, da Constituição Federal.

Afirma que "a questão acerca da incidência dos consectários em mandado de segurança não faz parte da *ratio decidendi* adotada pelo Supremo Tribunal Federal" no Recurso Extraordinário 553.710.

Argumenta que a questão tem repercussão geral e enfatiza que "uma vez que a portaria anistiadora não previu a incidência de juros e/ou correção monetária, muito menos estabeleceu eventuais índices a serem observados a esse título, mostra-se completamente descabida a pretensão de recebimento desses consectários na via mandamental" (fl. 530).

Sustenta, ainda, que, caso se entenda pela incidência dos juros de mora, o termo inicial é a data da citação/notificação da parte ré no processo judicial. Quanto à correção monetária, aponta que está pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, que deve ser observada.

Contrarrazões às fls. 548/555.

É o relatório.

Extrai-se dos autos que a Primeira Seção desta Corte concedeu integralmente a ordem determinando o pagamento do valor constante da portaria de anistia acrescido de juros e correção monetária.

Ocorre que o Supremo Tribunal Federal, em casos similares, que versam sobre anistia (TEMA 394), tem determinado o retorno dos autos à origem a fim de que se aguarde o julgamento dos embargos de declaração opostos contra o acórdão proferido no recurso extraordinário em repercussão geral relativo ao assunto – RE nº 553.710/DF. Da página eletrônica do Excelso Pretório se verifica que foram julgados os aclaratórios e publicado o acórdão em 24/08/2018. Não obstante, houve manejo de novo recurso integrativo.

Nesse cenário, é de bom alvitre que se aguarde o trânsito em julgado do RE nº 553.710/DF.

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil, **determino o sobrestamento deste recurso extraordinário até a publicação da decisão de mérito a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal a respeito do Tema 394/STF.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

**MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
Vice-Presidente